

GESTÃO PARTICIPATIVA: UM ESTUDO NO PARQUE MUNICIPAL SERRA DO PERIPERI

Maridalva Freire Lemos¹ e Sandra Lúcia da Cunha e Silva

Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pelo Centro de Ensino Pesquisa e Extensão Socioambiental (CEPESA), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus de Itapetinga. E-mail: mari_vca@yahoo.com

Resumo: As alterações ambientais têm assumido proporções cada vez maiores, repercutindo em nível global. Desse modo, estudos sobre as relações ser humano e natureza são fundamentais na busca de soluções para a problemática ambiental. Dentre muitas medidas tomadas no sentido de garantir a preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente, foi definida pela Política Nacional de Meio Ambiente, áreas representativas dos ecossistemas brasileiros para proteção, a exemplo das unidades de conservação. Nesse sentido, o objetivo desse estudo foi avaliar a participação da comunidade local, bem como das organizações não governamentais, na criação e nas ações implementadas junto ao Parque Municipal Serra do Periperi. Como metodologia foi adotada a entrevista, utilizando como instrumento o questionário semi-estruturado. Através dos resultados pode-se perceber que apesar do Parque ter sido criado em um momento muito importante, em virtude da extração mineral lá existente, a sua implantação não ocorreu de forma adequada, haja vista que foi criado por um decreto municipal, sem consulta pública e sem a participação da população.

Palavras-chaves: Conservação. Educação. Meio ambiente.

Abstract: Environmental alterations have assumed bigger proportions, reflecting in global level. Thus, studies about human being's relations and nature are fundamental in the search of solutions for environment problem. Among the measures taken in order to guarantee environment improvement, conservation and recuperation, the National Politics of Environment had determined brazilian representative ecosystem areas for protection, as examples of Conservation Units. In this sense, the objective of this study was to evaluate the local community participation, as well as that of the non government organizations, in creation and in activities implemented in the Municipal Mountain Range of Periperi. As methodology it was adopted the interview, using as instrument the semi-structured questionnaire. Through results it is possible to perceive that despite the Park has been created at a very important time, in virtue of mineral extraction lying there, its implantation didn't occur in adequate form, since it has been created by a municipal decree, without no public consultation and without any population participation.

Keywords: Conservation. Education. Environment

INTRODUÇÃO

As alterações ambientais têm assumido proporções cada vez maiores, repercutindo numa crise ambiental de dimensão global. Portanto, de acordo com Capra (1996), é necessário que o homem reoriente o seu modo de conhecer e de se relacionar com a natureza, pois transformando e recriando o ambiente natural, o homem tem gerado, em paralelo, uma série de efeitos que podem facilitar, dificultar ou até mesmo impedir o desenvolvimento e a qualidade de vida das sociedades, na medida em que os ecossistemas são alterados. Como são as sociedades humanas as que mais interferem na ordem, no equilíbrio e na evolução natural dos ecossistemas, a maximização ou a minimização dos efeitos de suas ações são, em última instância, de responsabilidade delas.

Segundo Brown (2003), a industrialização tem utilizado uma demanda de recursos naturais derivada de uma formação econômica cuja base é a produção e o consumo em larga escala. A lógica associada a essa formação, que rege o processo de exploração da natureza hoje, é responsável por boa parte da destruição dos recursos naturais, visto que exige, para a sua própria manutenção, um crescimento sem fim de demandas quantitativas e qualitativas desses recursos.

Na atualidade enfrentamos problemas globais que têm suas origens em problemas locais, como é o caso do aquecimento global, originado, dentre outros, devido ao grande lançamento de gases pela indústria, agravado pelo desmatamento e queimadas em diferentes partes da Terra. Nesse sentido, torna-se emergencial que se viabilizem medidas para conter as ações de impacto que venham a comprometer o funcionamento do planeta, bem como as gerações atuais e futuras, conforme ressalta Brown (2003).

Dentre as muitas medidas tomadas no sentido de garantir a preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente, foram definidas, pela Política Nacional de Meio Ambiente, áreas representativas dos ecossistemas brasileiros para proteção, as chamadas Unidades de Conservação (UCs), que são áreas protegidas legalmente e que possuem características naturais consideradas relevantes. Como objetivos das unidades de conservação pode-se citar: a preservação da biodiversidade; proteção dos recursos naturais, de espécies raras, vulneráveis e em perigo de extinção; preservação e restauração da diversidade dos ecossistemas naturais; preservação de bancos genéticos; e incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Contudo, de acordo com Diegues (1999), os critérios utilizados na criação das unidades de conservação estiveram apoiados no conhecimento empírico-racional, levando em consideração principalmente os pareceres técnicos. Assim, os grupos sociais locais e seus conhecimentos estiveram excluídos, em sua maioria, dos processos de criação dessas unidades.

A conservação dos ecossistemas em primeira instância precisa considerar as questões relacionadas às interações entre ser humano e natureza. A educação ambiental é, nesse sentido, uma estratégia essencial para a modelagem das comunidades humanas aos ecossistemas, possível através da participação, emancipação e construção da cidadania.

Dentro desse contexto, o objetivo desse trabalho foi avaliar o grau de participação da comunidade local e dos mobilizadores sociais, na criação e nas ações implementadas junto ao Parque Municipal Serra do Periperi, localizado no município de Vitória da Conquista, Bahia, com vistas a subsidiar futuras ações de caráter participativo, a serem desenvolvidas no Parque.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1 Perfil da área de estudo

No sertão da Bahia, em Vitória da Conquista, a história registrou fatos semelhantes aos ocorridos em outros lugares do Brasil: a ocupação do território (séc. XVIII) se deu por sobre corpos indígenas – guerreiros subjugados no processo de expansão do império colonial português, sob a égide da violência e da traição - e por sobre troncos de jacarandás, baraúnas, cedros, jatobás, sucupiras, paus-brasil e umburanas, das verdes matas existentes, transformadas em pastos para gado e em caminhos para os colonizadores, conforme ressalta Medeiros (1996).

A Serra do Periperi, localizada no município de Vitória da Conquista, traz em seu nome a origem indígena, que significa “o junco continuado, o juncal” (TANAJURA, 1992). Essa Serra representou a principal fonte de recursos necessários para o estabelecimento da aglomeração urbana, fornecendo materiais para construção civil (pedra, areia, brita, madeira) e para a própria sobrevivência da população (água, frutos, caça e campos para criação de animais).

Em 1996, o Decreto Municipal nº 8695/96 declarou preservada uma área de 500 hectares (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1996). Em 1998, o Decreto 9328/98, ampliou a área para 1.000 hectares, desta vez proibindo as atividades de mineração e retirada de vegetação (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1998).

Contudo, foi através do Decreto Municipal 9480/99, que foi instituído o Parque Municipal Serra do Periperi (PMSP) com o objetivo de organizar o uso e ocupação do solo, preservar áreas verdes remanescentes nas encostas e topo da Serra do Periperi, proteger as nascentes existentes e recuperar as áreas degradadas pela atividade de mineração, minimizando e corrigindo os processos erosivos decorrentes da degradação ambiental (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1999).

Dentro do PMSP existe uma reserva chamada Reserva do Poço Escuro é uma área de 17 hectares de Mata de Cipó remanescente, com grande diversidade de espécies, devido sua localização geográfica, que permitiu a junção de floras da Caatinga Savânica com a Mata Atlântica (SOARES FILHO, 2000).

O Poço Escuro está relacionado com a fundação do Arraial da Conquista, uma vez que os moradores daquela região lhe deram esse nome, e a mata já demonstrava a sua exuberância e importância ecológica: “[...] os índios atraídos pela perenidade da fonte, estabeleceram-se em aldeias nas suas imediações.” (TANAJURA, 1992, p. 25).

Abrigando o único testemunho florestal na zona urbana, o Poço Escuro tem sido preservado desde a origem da cidade, provavelmente por conter o que foi, até pouco tempo, a principal fonte de abastecimento de água da população.

2 Metodologia

A presente pesquisa foi desenvolvida no Parque Municipal Serra do Periperi (PMSP). Como metodologia foi utilizada a entrevista semi-estruturada, com o uso de questionário, com perguntas abertas e fechadas, nas quais foram abordadas as seguintes questões: participação na criação do Parque, conhecimento do plano de manejo do Parque, participação nas ações implementadas pelo parque e avaliação da gestão do Parque. Foi utilizada também a análise documental.

As entrevistas foram realizadas junto aos gestores do PMSP, os gestores das 04 escolas localizadas no entorno, moradores que vivem no entorno, os gestores das 03 Organizações não Governamentais (ONGs) e 04 pesquisadores que desenvolvem projetos no Parque. Em cada encontro foi deixado claro que este trabalho não era uma fiscalização e sim a realização de um diagnóstico, visando, a partir dos dados obtidos, subsidiar futuras ações, de caráter participativo, a serem desenvolvidas no Parque.

Os 40 moradores que foram entrevistados foram escolhidos através de um processo não probalístico e por acessibilidade em quatro bairros vizinhos. A escolha das casas dos moradores ocorreu da seguinte forma: primeiramente foram escolhidas cinco ruas em cada bairro de forma aleatória. Em cada rua foram selecionadas duas casas, uma do lado direito e outra do lado esquerdo, totalizando 40 casas em quatro bairros (Petrópolis, Alto Maron, Guarani e Pedrinhas). Com relação aos pesquisadores entrevistados e que desenvolvem projetos no Parque, a seleção ocorreu através de informação prévia obtida junto aos gestores do Parque. Da mesma forma foram selecionadas as ONGs.

Após a coleta os dados foram organizados de forma a propiciar a compreensão do todo.

A GESTÃO DO PARQUE MUNICIPAL DA SERRA DO PERIPERI: DO IDEAL AO REAL

O Parque Municipal da Serra do Periperi foi instituído por um ato do poder público municipal, através de um decreto. Contudo tal criação não foi precedida de consulta pública, conforme previsto na Lei 9985 (BRASIL, 2000). O objetivo de sua criação foi, segundo o gestor do Parque, a preservação da área, que na época sofria a exploração de minerais, como areia, pedra, brita, entre outros. Vale ressaltar que a Lei 9985, de 2000, em seu artigo 5º determina que a participação efetiva das populações na criação, implantação e gestão das unidades de conservação deve ser assegurada (BRASIL, 2000). A criação de uma unidade de conservação não deve ocorrer sem uma discussão mais ampla junto à comunidade local, sobretudo a que vive no seu entorno, tal participação traz em si um aspecto de cumplicidade, de reconhecimento e de sentimento de pertencimento da comunidade local frente à criação da unidade de conservação e de todas as restrições inerentes a sua categoria.

Através dos dados levantados, nessa pesquisa, pode-se observar que no processo de criação do Parque Municipal da Serra do Periperi, no ano de 1999, não houve participação popular. Da mesma forma verificou-se a não participação de Organizações não Governamentais (ONGs) no processo de criação. Vale ressaltar que das ONGs entrevistadas, apenas uma existia no período em que o Parque foi instituído, e que a mesma não participou, segundo ela, por não ter sido convidada. No que diz respeito à participação de instituições governamentais, foi verificado a participação de dois docentes de uma instituição de ensino superior, não por terem sido convidados, mas por fazerem parte, na época, da gestão municipal. Jacobi (1988) ressalta que é através da participação que se exerce a autonomia e se estabelecem as identidades locais, se cria as possibilidades de controle individual e coletivo e a noção de responsabilidade e compromisso.

Com relação ao conhecimento do plano de manejo do Parque observou-se que 100% dos moradores entrevistados não o conheciam e sequer sabiam do que se tratava. Esse fato demonstra que o Plano, elaborado em 2004, não teve a participação da comunidade local, conforme confirmado, também, pelo próprio gestor, que informou que o mesmo foi elaborado por uma equipe multidisciplinar da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Das ONGs entrevistadas, somente uma existia na época da elaboração do Plano, contudo, embora tenha conhecimento do mesmo, não participou da elaboração, por não ter sido convidada. Vale ressaltar que embora a ONG existisse nesse período a mesma não desenvolvia nenhum projeto dentro do Parque, atuava apenas com projetos de educação ambiental voltados para instituições de ensino. As demais ONGs entrevistadas não tinham conhecimento do plano de manejo do Parque, fato preocupante haja vista que as mesmas desenvolvem projetos dentro do parque. Da mesma forma os gestores das instituições de ensino localizadas no entorno do Parque também desconhecem o plano de manejo. Dos 04 pesquisadores ligados a uma instituição de ensino superior, entrevistados, e que desenvolvem projetos no Parque, 03 tem conhecimento do Plano.

Outro ponto que merece ser destacado diz respeito ao fato das ONGs desenvolverem projetos independentes uma das outras, cada uma na sua área de atuação. Uma delas desenvolve trabalho com a comunidade acadêmica, com estudos voltados para a preservação do *Melocactus conoideus*, uma espécie rara existente na Serra, outra atua junto aos gestores do Parque, com monitoramento e preservação das nascentes existentes. Na área de educação ambiental uma ONG desenvolve trabalho com as escolas e moradores, voltado para preservação da reserva do Poço Escuro, que fica situada dentro do parque. Este projeto continua em andamento, mesmo com a dificuldade financeira da entidade. É um projeto restrito, atinge apenas 16 alunos multiplicadores de 04 escolas, que foram capacitados e atuam como agentes ambientais nas associações e Igrejas dos bairros, embora limitado, pode-se dizer que foi a ação que mais se aproximou da comunidade.

No que diz respeito à interação das ONGs com o órgão gestor foi observado que embora tenham autorização do órgão para realizar as atividades, não o fazem com a participação efetiva do mesmo, conforme destacado pelas ONGs entrevistadas, o que vai de encontro ao proposto no Plano de Manejo do Parque, o qual sugere que sejam firmadas parcerias com órgãos estaduais e com órgãos não governamentais para a execução das atividades propostas por ele, ou seja, um trabalho desenvolvido em conjunto, uma parceria que possibilitaria a ampliação dos resultados, num espaço de tempo menor, sobretudo em relação à construção da percepção da comunidade local em relação ao Parque.

Com relação à gestão do Parque, observou-se que o mesmo não possui um conselho consultivo, conforme previsto no Art. 29, da Lei 9985/2000, que determina que a unidade de conservação que pertence a categoria de Proteção Integral deverá dispor de um Conselho Consultivo, o qual será presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil (BRASIL, 2000). Vale ressaltar que o Plano de Manejo do Parque da Serra do Periperi, elaborado em 2004, prevê a criação de um Comitê de Gestão e que, atualmente, o mesmo é gerenciado somente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o que, segundo os entrevistados que desenvolvem projetos no Parque, dificulta o desenvolvimento de ações conjuntas.

Observou-se, através das entrevistas realizadas junto à comunidade que vive no entorno do Parque, que 100% dos entrevistados nunca foram convidados para

discutir ou conhecer os projetos que são desenvolvidos no Parque. Quando perguntados se foram prejudicados ou beneficiados com a criação do Parque, 100% responderam que não foram prejudicados, mas não souberam responder quais benefícios obtiveram com a criação do mesmo. Vale ressaltar que os projetos de pesquisa, desenvolvidos no Parque, com foco na população que vive no entorno, não são socializados com a comunidade local, ou seja, a população não tem conhecimento e, portanto, não sabem opinar sobre a importância socioambiental ou não desses projetos. Da mesma forma os gestores das escolas situadas no entorno do Parque também desconhecem as atividades que são desenvolvidas (100%), citando, ainda, a falta de segurança, pois a fiscalização é precária fazendo com que “a mata seja usada como esconderijo de marginais, bem como por usuários de drogas”. Outro ponto a ser destacado diz respeito ao fato de que não é uma prática dos gestores do Parque solicitar que ao término da pesquisa seja disponibilizada uma cópia do artigo ou da monografia, prática comum em algumas unidades de conservação, o que facilitaria a socialização dos dados junto à comunidade, inclusive dando subsídios a ações futuras a serem desenvolvidas no mesmo. O Decreto 4.340, em seu artigo 20, determina que ao conselho consultivo cabe, entre outras atribuições, “propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso” (BRASIL, 2002), o que não ocorre no Parque, pois, até o momento, não dispõe de conselho consultivo.

Quando a comunidade (moradores e gestores das escolas) foi questionada sobre a possibilidade do Parque deixar de existir, 100% disseram que não poderia ser extinto, ressaltando apenas a importância do “verde”, não consideraram o aspecto socioambiental do mesmo, denotando a necessidade de projetos que visem promover uma discussão mais ampla sobre os diversos aspectos que permeiam a discussão ambiental, sobretudo no que diz respeito à criação de unidades de conservação. Há que se ressaltar que, conforme citado pelas ONGs e gestores das escolas, após a criação do Parque alguns problemas foram sanados, a exemplo do fim da extração, outros estão sendo, gradativamente, resolvidos, como a recuperação de áreas degradadas, através da implantação de projetos de reflorestamento e da fiscalização, mesmo que precária, da reserva do Poço Escuro.

Na entrevista realizada com os gestores das escolas percebeu-se, também, a não existência de integração entre o Parque e a escola. Segundo esses gestores as atividades de educação e meio ambiente conduzidas na escola não estão direcionadas para o Parque e sim para a Reserva do Poço Escuro, localizada dentro do Parque. Esse comportamento, provavelmente, é um reflexo da falta de conhecimento da importância do mesmo por parte dos professores, o que poderá refletir também na percepção dos alunos em relação ao Parque, que podem vir a considerar de importância apenas a área verde, ou seja, a Reserva do Poço Escuro.

A Lei 9795 (BRASIL, 1999), que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, em seu artigo Art. 4º determina como princípios da Educação Ambiental:

O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; a permanente avaliação crítica

do processo educativo; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; e o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Contudo, para que o professor possa atuar de forma contextualizada, dentro de uma abordagem sistêmica, é necessário que tenha conhecimento sobre as diversas questões que envolvem a discussão ambiental.

Figueiredo (2002) destaca que uma das principais estratégias para trabalhar a percepção ambiental é através da educação, revertendo o quadro que diz respeito ao aproveitamento das áreas naturais (protegidas ou não), no envolvimento das comunidades locais e dos visitantes em adequados programas de educação ambiental que possibilitem a compreensão mais profunda sobre os recursos naturais e culturais destas áreas. De acordo com Milaré (2001) a Educação Ambiental não deve estar dissociada do desenvolvimento democrático das comunidades, cuja proposta deve resultar de um trabalho conjunto em busca da solução das problemáticas sócio-ambientais locais, conforme ressalta Freire (1977, p. 56) “O aprofundamento da tomada de consciência, que se faz por meio da conscientização, é uma operação própria do homem e resulta de sua defrontação, de forma crítica, com o mundo, com a realidade concreta.”

Vale ressaltar que as áreas protegidas constituem-se em locais ideais para a implantação de programas de Educação Ambiental, representando verdadeiros laboratórios vivos e propiciando o aumento de conhecimento e uma experimentação direta com o meio, motivando o interesse e a integração das populações onde essas áreas estão localizadas (JACOBI, 1998), mesmo que não disponham de uma área verde.

CONCLUSÃO

A partir dos dados levantados, pode-se perceber que a criação do Parque, bem como a elaboração do Plano de Manejo não ocorreu de forma participativa. O Parque não possui um Conselho Consultivo, conforme previsto na Lei 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento de ações conjuntas, já que com a criação do Conselho haveria, de forma institucionalizada, uma abertura para o diálogo e para a negociação junto à comunidade local, diretamente afetada pelas decisões tomadas, em prol da gestão adequada da unidade de conservação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei 9.795/1999*. Brasília. 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. *Lei 9.985/2000*. Brasília. 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. *Decreto Lei 4.340*. Brasília. 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

BROWN, L. R. *Eco-Economia: Construindo uma Economia para a Terra*. Salvador: UMA, 2003.

CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

DIEGUES, A. C. S. A construção de uma nova ciência da conservação para áreas protegidas nos trópicos: a etno-conservação. *Debates sócios-ambientais*, v. 5, n. 13, jul./out. 1999.

FIGUEREDO, G. J. de. O papel dos trabalhadores na construção de uma sociedade sustentável. *Revista de Direitos Difusos*. Direito ambiental do trabalho, São Paulo, ano 03, set./out. 2002.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

JACOBI, P. R. *Educação ambiental para cidadania – educação ambiental e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente; Coordenadoria de Educação Ambiental, 1998.

MEDEIROS, R. A. H. “Apresentação e Notas”. In: TORRES, T. L. *O município de Vitória da Conquista*. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista; UESB, 1996.

MILARÉ, E. *Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

SOARES FILHO, A. de O. *Estudo Fitossociológico de duas florestas em região ecotonal no planalto de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil*. 2000. Dissertação (Mestrado) – SP.

TANAJURA, Mozart. *História de Conquista*. Crônica de uma cidade. Vitória da Conquista, BA: Brasil Artes Gráficas, 1992.

VITÓRIA DA CONQUISTA. *Decreto municipal 8.695, de 1996*. Vitória da Conquista, BA. 1996.

_____. *Decreto municipal 9.328, de 1998*. Vitória da Conquista, BA. 1998.

_____. *Decreto municipal 9.480 de 1999*. Vitória da Conquista, BA. 1999.